

Identidade, religião e o passado escravocrata: violências, estigmas e a desconstrução cultural e identitária

Identity, religion and the slave past: reflections in the world of work

*Camila Mariana Costa Fonseca*¹
*Marlene Ferreira da Silva*²
*Waldeir Eustáquio dos Santos*³

Resumo

A afirmação da identidade negra brasileira se dá de diferentes formas, passando também pelo aspecto religioso. Africanos escravizados no Brasil tiveram suas crenças subjugadas e atacadas desde os primeiros grupos que chegaram neste território. O presente artigo trata de descrever os diferentes recursos encontrados pelos negros aqui desembarcados, para que pudessem em sua diversidade cultural e religiosa, manter seus cultos. O racismo religioso ainda se mantém vivo na realidade brasileira. O presente artigo vem propor reflexão em torno de um processo de abolição sem planejamento, ocasionando sequelas na construção da identidade do Negro brasileiro e busca desmistificar o conceito de democracia racial tão reverenciado pela sociedade brasileira, mas que na prática não serviu como processo de valorização do Negro e sim, ao contrário, teve um viés ainda mais discriminatório. O artigo também busca analisar nuances que podem ter contribuição com a construção da identidade do brasileiro. O preconceito em torno das religiões de matriz africana, também conhecido na atualidade como racismo religioso por tratar-se de religiões que tem sua origem em uma população negra originária do continente africano é a provocação apresentada no presente artigo.

Palavras-chave: identidade; preconceito; racismo; religiões afro-brasileiras.

Abstract

The affirmation of the Brazilian black identity takes place in different ways, also passing through the religious aspect. Africans enslaved in Brazil had their beliefs subjugated and attacked since the first groups that arrived in this territory. This

¹ Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC, Minas Gerais, Mestranda em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória - FUV, Espírito Santo/Brasil. E-mail: camilamariana@gmail.com

² Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH, Minas Gerais/Brasil. E-mail: marle.jds@hotmail.com

³ Doutor em Relações Internacionais pela PUC-MG/Brasil, professor do Departamento de Serviço Social da PUC-MG, Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil. E-mail: waldeirsocial@gmail.com.

article is about describing the different resources found by the blacks landed here, so that in their cultural and religious diversity, they could maintain their services. Religious racism is still present in the Brazilian reality. This article proposes a reflection on a process of abolition without planning, causing sequels in the construction of the identity of the Brazilian Black, a statement based on Abdias Nascimento and seeks to demystify the concept of racial democracy so revered by Brazilian society, but which in practice does not it served with a process of valorization of the Black and, yes, on the contrary, it had an even more discriminatory bias. The article also seeks to analyze nuances that may have a contribution to the construction of the Brazilian identity, based on theories of Antônio Gramsci. The prejudice surrounding religions of African origin, also known today with religious racism as they are religions that have their origin in a black population originally from the African continent, is the provocation presented in this article.

Keywords: identity; preconception; racism; religions afro-brazilian.

Introdução

Para contextualizar as religiões afro-brasileiras é preciso voltar ao tempo da escravidão e compreender quais são os legados deixados por esse passado desumano e desumanizador. Os cultos vivenciados pelos africanos em seus locais de origem variavam de acordo com as regiões ou nações. Quando chegaram ao Brasil os africanos, vendidos como escravos, muitas vezes foram separados de suas famílias e comunidades, desta forma ocorreu uma mistura de pessoas oriundas de diversas regiões, e conseqüentemente adeptos a variadas formas de cultos e até mesmo utilizando diferentes dialetos para se comunicar.

Trindade explica:

A manutenção de parte dos valores religiosos negros durante o período escravagista ocorreu devido à chegada, nos vários lotes de escravos, de adivinhos, médicos-feiticeiros e sacerdotes. Esses, mais ligados aos ritos africanos, souberam, ao longo do tempo, unir de maneira adequada os negros de várias nações e línguas diferentes, naquilo que tinham em comum, a crença nos Orixás, Inkices ou Voduns. (TRINDADE, 2014, p. 49).

O debate que por ora se apresenta nesse trabalho diz respeito ao debate das religiões e da identidade do povo negro brasileiro. Identidade atribuída, que tem traços de violência, opressão e desrespeito, processos históricos que

destruíram culturas e tradições. Esse estudo tende a debater questões de Direitos Humanos, questão social e aspectos econômicos. A identidade atribuída tem como objetivo criar fronteiras simbólicas que trazem representações perversas que machucam, que perturbam. Para Teixeira (2021, p. 01) o tornar-se negro está enquadrado em um processo que envolve cultura, linguagem e costumes. No entanto, as vidas negras estão fadadas a uma ideologia que anula e mata essa identidade.

Pode-se considerar que o primeiro sincretismo religioso, no que se refere às religiões afro-brasileiras, no Brasil teve início no período colonial, quando ocorre a junção de várias cultos e linguagens com o objetivo de manter a religiosidade de origem dos escravos. Entende-se por religiões afro-brasileiras as organizações e entidades de cunho coletivo que celebram seus rituais, cultos, vivenciam seus costumes, através de regras. O convívio do grupo e as orientações são direcionadas para o culto aos Orixás e antepassados africanos agora homenageados e cultuados no Brasil. (SANTOS, 2015, p. 84)

Provavelmente pela sua relação com o período escravocrata, o sincretismo seja visto ainda como algo anormal, uma espécie de promiscuidade, nas palavras de Isaia; Amorim (2015, p. 161). Para Nogueira (2020, p. 89) termos como sincretismo, tolerância, entre outros estão diretamente ligados à perspectiva do Mito da Igualdade Racial. Em 2000, a umbanda, o candomblé e outras religiões afro-brasileiras contavam com quase 600 mil praticantes⁴, invisibilizados e anulados pelo discurso do sincretismo e da tolerância.

Atualmente existem movimentos que visam o fortalecimento das religiões afro-brasileiras, bem como a garantia de que os adeptos a essas religiões possam expressar sua fé sem medo de represálias motivadas pela intolerância religiosa. Essa liberdade de culto é uma garantia da legislação doméstica, por exemplo a Constituição Federal de 1988, mas também é tema tratado nos acordos

⁴ Dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em 02 abr. 2021

internacionais de Direitos Humanos. Significa dizer que qualquer ataque a esse direito constitui infração grave, tanto interna quanto no âmbito internacional.

Esse artigo traz, portanto, como pergunta problema: Quais as relações entre identidade e religiões afro-brasileiras e as possíveis consequências para seus seguidores na contemporaneidade? Os objetivos específicos foram: relacionar a identidade afro-brasileira com as suas bases culturais e religiosas; analisar a relação entre identidade do povo negro e escravidão; contextualizar a situação de violência vivenciada por praticantes das religiões de matriz africana no Brasil e apresentar um estudo de caso sobre a Umbanda

Para esta pesquisa será essencial estudar as origens das religiões afro-brasileiras para uma compreensão de forma mais geral do tema. Segundo artigo publicado pela Revista Carta Capital (2018), “entre os vários aspectos que constituem o conjunto de costumes e hábitos fundamentais [...] a religião ocupa um papel crucial por se tratar de um fragmento do sistema cultural”. Os movimentos em defesa das religiões afro-brasileiras têm em sua base conceitual a garantia e manutenção de costumes e crenças, herdados de seus antepassados, bem como o combate à intolerância, que pode ainda ser observada em pleno Século XXI.

Os autores deste estudo entendem que o tema tem grande relevância social em virtude dos diversos debates em torno do racismo e dos ataques às religiões de matriz africana. Esse cenário ainda provoca diversos estigmas e variadas formas de violência contra negras e negros, além de desrespeito às práticas religiosas. Para os pesquisadores, ainda pesa o fato de serem negros e/ou praticantes das religiões aqui consideradas. E por fim, mas não menos importantes, o debate está dentro do campo de atuação dos assistentes sociais e faz parte de publicações em seminários e periódicos do Serviço Social.

1. Identidade religião e cultura

A identidade é algo em construção, está em constante transformação, é algo inacabado e que sofre influências de diversos setores da sociedade. A sociedade é fruto da interação entre os povos, consequência do espaço de diálogo entre setores. No caso do povo negro, as interações foram predominantemente no sentido de destruir e identidade e a raça, sempre no intuito de promover o branqueamento do negro. Portanto, operou-se constantemente um processo de destruição da identidade, uma interação perversa. O negro foi atacado através de diversos mitos⁵, esses mitos trazem consequências para a identidade do povo negro ainda hoje.

O mito da democracia racial, foi, provavelmente, o mais difundido e durador. Esse defende a igualdade entre as raças, mas busca criar a figura mítica da mulata/mulato como produto nacional por excelência. O mulato é o fruto da abertura e da convivência entre as raças. Todavia, sabe-se que a mulher negra foi sempre tida como objeto sexual, violada e violentada pelo senhor de engenho. A intenção por trás desse fenômeno era assimilação da raça negra, pois com o surgimento do mulato, a população negra seria gradativamente enfraquecida⁶. A mistura de raças seria positiva e venceria obviamente aquela superior – a branca. O processo miscigenador falhou, mas criou uma crise identitária, uma sociedade que não se via branca, mas também não se aceitava negra ou parda⁷.

O processo repressor e desumanizador teve sua continuação nos governos ditadores de Getúlio Vargas e nos militares. Em Vargas as contradições entre capital e trabalho foram parcialmente amenizadas pela estratégia populista do

⁵ Abdias Nascimento aborda a questão dos mitos em seu livro *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.

⁶ Autores como Fonseca (2009) e Nascimento (2017) utilizam os termos extinção ou eliminação completa da raça negra. Esses termos faziam parte da política do Governo dos tempos imperiais até o Estado Novo de Vargas, mas com base nesse artigo, percebe-se que continuaram nos governos seguintes.

⁷ Tema abordado por Dagoberto José Fonseca em *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009, páginas 75 a 96.

Governo, como consequência lógica um incremento do controle social estatal e supressão da participação popular. Pelo medo do comunismo se justificou diversas ações repressoras com intervenções policiais e o discurso de defesa e manutenção da ordem. Após 1960 no governo autocrata⁸ burguês-militar a mudança é significativa apesar de nada revolucionária – o histórico e romântico termo atribuído a Vargas de *Pai dos Pobres* é substituído pela ideia de segurança nacional representada na figura dos militares e tecnocratas. (OLIVEIRA, 2016, p. 176).

Para aprofundar no debate sobre o conceito de identidade, buscou-se no autor italiano, Antônio Gramsci, como a identidade pode aparecer politicamente. Mesmo que Gramsci não tenha trabalhado diretamente as questões do racismo, pois seus estudos estavam voltados para a Itália dos anos 1920 e 1930, sua linha de pensamento traz evolução em relação ao marxismo clássico, fugindo do economicismo e permite avançar em alguns pontos de interesse para esse artigo, aspectos políticos e sociais. Com base no autor italiano é possível fazer junções profundas e trazer para o debate *insights* que possibilitam um olhar para as questões do racismo. Em virtude desses aspectos que Hall (2013, p. 335) defende a relevância de Gramsci para os estudos de raça e etnicidade.

Um dos principais referenciais teóricos de Gramsci foi o também italiano Maquiavel. Ele entendia que o Príncipe era um livro vivo, que tratava de ideologia e de ciência política, que o líder deveria ser o símbolo de uma vontade coletiva, que tinha a missão de organizar e despertar essa vontade. Para Gramsci, o príncipe moderno não deve ser um sujeito, uma pessoa, mas um organismo, como um partido político, por exemplo. Os jacobinos seriam a encarnação ideal do príncipe, desenvolvendo a vontade coletiva nacional e popular. A vontade nacional exige que os trabalhadores do campo sejam integrados no processo, mas

⁸ Termo cunhado por José Paulo Netto para se referir a autocracia burguesa representada no governo ditatorial militar em *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1994.

não apenas os camponeses, e sim toda a massa, é um processo coletivo e ético-político em sua totalidade. (GRAMSCI, 2002, p. 45).

Assim sendo, para manter o poder econômico corporativo, as classes tradicionais operam para impedir esse levante nacional e manter seu status num sistema internacional de equilíbrio passivo. Esse processo exige reforma intelectual e moral, associada a reforma econômica, pois, uma depende da outra. “Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários” (GRAMSCI, 2002, p. 3). O partido do estrangeiro é na maioria das vezes aquele que *muito* nacionalista representa o interesse, subordinação e servidão econômica às nações hegemônicas. Ou seja, um partido se estrutura no âmbito doméstico, mas cria uma estrutura de vinculação internacional intensa a ponto de ser confundido com um grupo estrangeiro.

A desmobilização da cultura e da identidade do povo negro, tem a ver com uma manutenção da dominação sobre o corpo e sobre um grupo. O poder econômico promove uma desmobilização e desestruturação na organização social e religiosa de um povo. Ainda com foco na religião, nos cadernos 05 e 06 Gramsci (2002, p. 241) aponta algumas situações relacionadas aos povos árabes e sua influência na Europa, como esses povos e sua religião influenciaram ideologicamente Roma. Gramsci destacava a ausência de um clero regular como na Igreja Católica, mas ressalta que as Universidades formadoras e os Doutores muçulmanos se destacavam. A ausência desse clero gerou, na visão do italiano um distanciamento entre os intelectuais e o povo, razão pela qual os santos ganham notoriedade até mesmo no Islã, religião monoteísta.

O fenômeno dos santos é criação africana que se espalhou por outros lugares. O aspecto folclórico e popular é resposta à necessidade dos homens de se conectarem com o Divino e estabelecer relação mais íntima. No Islã é o sufismo que introduz a figura dos santos, através da veneração dos grandes líderes

religiosos. De acordo com Gramsci (2002, p. 317), os santos são homens privilegiados, capazes de contato com Deus, além de possuírem virtudes milagrosas. Destacam-se as escolas sufistas e as confrarias. Nas religiões de matriz africanas as divindades recebem o nome de Orixás, Inkices e Voduns, dependendo da origem do culto, estas divindades representam o sagrado dos fiéis. No Brasil estas divindades são sincretizadas, muitas vezes, nas imagens de santos católicos.

O debate gramsciano contempla e dialoga com os argumentos apresentados por Vinicius (2021, s/p), que debate as várias formas de tratamento dispensados pelo Estado aos diversos grupos religiosos. Sabe-se que as religiões de matriz africana são perseguidas e violadas. Essa situação é declarada de racismo religioso, pois, ataca a origem, a forma de existir, a religião e a vida, em virtude da cor e também do local onde surgiu esse movimento religioso. Para Nogueira (2020, p. 89) não se deve mais falar em intolerância, mas abertamente em racismo religioso, que ele denomina uma virada epistêmica. Para Nogueira (2020, p. 59), as religiões de matriz africana não contemplam e não atendem aos padrões hegemônicos, por isso, as formas de tratamento são variadas, e demonstram um total desrespeito às Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTT).

O debate nacional e a estruturação da revolução passiva são aspectos que demandam do Estado certo nível de formulação ideológica. Autores como Hall (2013, p. 294) debatem a importância da ideologia na formação da identidade e da cultura de um Estado. O autor aponta o lugar de destaque que o marxismo promoveu para as discussões sobre ideologia. Ideologia para essa pesquisa vista como referências mentais, linguagens, conceitos, categorias e jogo de ideias. As ideologias são utilizadas para controle de um grupo social sobre outro, elaboram novas formas de consciência e concepções de mundo, podem fazer emergir, por outro lado, forças que fazem as massas lutarem contra o sistema dominante. Stuart Hall (2013, p. 328) auxilia ainda na compreensão da relevância de Gramsci

para o estudo da cultura, etnicidade e como essas categorias afetam ou são moldadas pelo Internacional.

A identidade do povo negro no Brasil deve ser pensada dentro de um processo permeado por conflitos e contradições. Essa construção é também resistência e chama a atenção para uma diversidade de formas e de conteúdo, portanto, a experiência negra ultrapassa o aspecto homogêneo, conforme Hall (2013, p. 384). Assim sendo, voltando o olhar para o Brasil, um primeiro ponto desse movimento histórico é entender que a elite brasileira busca no pensamento europeu um padrão de ciência “avançada” para explicar a questão da raça. De forma a unificar e até mesmo suprimir todos os aspectos dessa construção identitária do negro.

E assim, de acordo com Munanga (2020, p. 54) a elite no Brasil busca a construção de uma identidade nacional, para principalmente suplantar a ideia de identidade negra, para chegar em um só povo e uma só nação. O que caracteriza e demarca o modelo de construção da identidade brasileira é a figura do “mulato” como um tipo socialmente aceito. O mulato posteriormente se transformaria no mestiço, e a ideia então seria criar uma sociedade uniracial e unicultural, nas palavras de Munanga (2020, p. 91). A política de branqueamento de desconstrução da identidade negra, é portanto, estratégia de genocídio. Ao invisibilizar o negro e sua identidade, também se joga para o segundo plano as religiões afro-brasileiras.

2. Identidade da população negra da escravidão ao período republicano

Desde a escravidão até o momento histórico as representações sociais produzem sentidos e consequências. Teorias biológicas errôneas fazem marcas corporais, criam cicatrizes produzem estereótipos. A identidade é construída por meio da negação, da diferença, assim sendo, o racismo cria fronteiras simbólicas,

rígidas, ser negro contra ser branco. Nessa construção social de representações o negro estigmatizado é inferiorizado. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 105).

Como consequência de todos esses arranjos da elite brasileira o negro não se valoriza, até porque sua cor está associada a algo ruim, algo negativo. O estigma produz ainda outros efeitos perversos, como a erotização do corpo negro, o corpo transformado em objeto sexual, que serve para ser usado e descartado. O estigma produz uma categorização, uma forma de aprisionar, sequestrar a identidade e subjuga-la. Com isso, tem-se a figura do branco superior, do branco que está ligado ao belo, ao padrão ideal de sociedade. Portanto, como citado acima, a identidade construída de um significa a desconstrução da identidade de outro. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 109).

Todos os elementos mencionados apontam para a direção de uma identidade social em detrimento daquela individual. A identidade social desacreditada e desvalorizada dificulta ao negro se identificar como pessoa, homem ou mulher, mas como parte de um grupo social quase não humano. Isso é violência, no mais estrito sentido da palavra. Outro movimento de desconstrução identitária significativa é a desmemorização da história, é o rompimento com a Terra Natal, com os ancestrais. Sem uma ligação territorial, o negro passa a pertencer a um lugar ao qual ele não se identifica. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p. 111)

Para tratar a questão da identidade da população negra é preciso entender a maneira como ela se vê, sua autoimagem, como ela constrói sua autoestima, ou seja, para entender a problemática da pessoa negra deve-se observar como ela desenvolve sua identidade em contextos sociais adversos nos quais é discriminada negativamente.

Os seres humanos, desde o nascimento são moldados pelos grupos de inserção, recebem uma série de características e marcações que serão internalizadas por eles, podendo até em algum momento serem rejeitadas. A identidade do negro no Brasil está diretamente ligada à história do nosso país,

principalmente ao processo de colonização. É possível identificar formas de rompimento com a origem e a cultura dessa população desde a sua chegada, no período colonial. Apesar de passados mais de 500 anos do início da colonização do Brasil, ainda podemos observar as marcas desse processo cruel vivenciado pelos negros, sendo necessário a busca pelo resgate da identidade e dos direitos da população negra que se perdeu ao longo da história.

Os processos cruéis de escravidão são muito antigos, não tiveram início com a questão dos negros, é um tipo de dominação muito antigo na história da humanidade, eles podem ser encontrados no período medieval e em diversos continentes, sendo justificados pela diferença das línguas, pela diferença de crenças, entre outros. Contudo, cabe ressaltar que a escravidão vivenciada por negros e negras foi de longe a mais perversa e que gerou um mercado escravagista sem precedentes. A relação entre escravidão e o negro africano foi instituída na época moderna e sua justificativa se deu pela criação de uma série de ideias no mundo cristão católico e, como as justificativas de diferenças de linguagens e crenças não eram mais aceitas, ela foi fundamentada nas diferenças biológicas entre os negros e os brancos⁹.

Logo após o descobrimento do Brasil, os portugueses, para poder explorar as novas terras precisavam de mão de obra para trabalhar, encontraram nos africanos e nos índios a força de trabalho necessária para o momento, foi nesse contexto que os navios negreiros começaram a chegar. Desde a captura até o processo de transporte dos negros da África para o Brasil, pode-se observar diversas formas de violência e rompimento de vínculos dessa população com sua origem, com sua história. Segundo Gomes, “o Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio”. (GOMES, 2019, p.24) Ou seja, o país “recebeu, sozinho, quase 5 milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América”. (GOMES, 2019, p. 24)

⁹ Trecho extraído da fala da Profa. Dra. Monica Lima e Souza no documentário SANKOFA – A África que te habita. Direção Geral de Rozane Braga. Brasil: Netflix, 2020, 250 min. Streaming.

O regime escravagista procurava desorganizar a identidade cultural dos africanos. Os senhores de engenho ao adquirirem seus escravos procuram comprar aqueles que não eram da mesma família ou nação, era muito comum separarem casais, pais de filhos, com o objetivo de criar grupos heterogêneos e assim evitarem as rebeliões. Os senhores compravam escravos vindos de Mina, Angola, Guiné e Moçambique no mesmo lote de escravos, cada *peça* vinha com sua cultura, sua língua e seus costumes. Por ter sido colonizado pelos portugueses a religião cristã foi imposta aos negros trazidos da África e aos índios que já habitavam estas terras. Para que o projeto de colonização do Brasil desse certo a coroa portuguesa contou com o apoio da Companhia de Jesus. Os africanos que chegavam ao Brasil, como escravos, além de serem separados de seus familiares, eram obrigados a aceitar o cristianismo, recebiam o batismo, passavam pela evangelização dos padres católicos.

Os filhos dos escravos eram vendidos para senzalas distantes dos seus pais e aqueles casais que tinham mais de dois filhos também acabavam sendo separados. Cada nação possuía seu dialeto, sua crença e provavelmente seu rei ou rainha. Ao separar os grupos homogêneos os senhores de engenho também dificultavam a comunicação entre os escravos e evitavam que os mesmos realizassem seus cultos religiosos. Os relacionamentos afetivos entre os escravos eram proibidos. Os senhores escolhiam os casais, unindo os escravos mais saudáveis, pois assim os filhos nascidos da união seriam bons para o trabalho ou teriam um bom valor no mercado.

A vida sexual dos negros também era vigiada para que se pudesse combater o pecado da promiscuidade e preservar a moral católica. Os casais se formavam a partir da preferência do senhor de engenho, tendo em vista a procriação de filhos saudáveis para o trabalho na lavoura, e o casamento era abençoado pelo padre local. (OLIVEIRA, 2008, p. 54).

Muitas escravas eram violentadas sexualmente por seus senhores e os filhos deles, esta prática era comum e os agressores não eram punidos por estes atos. Pinto e Ferreira afirmam, “o período escravagista foi marcado pela forma

animalizada e coisificada como o africano escravizado era tratado, uma estratégia que resultou na construção de uma imagem desumanizada do negro” (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 264). Essa situação provocou uma herança erotizada e objetificada da mulher negra, e ainda como consequência mais recente o uso do corpo sem o devido valor e respeito.

Os africanos ocupavam um lugar central no processo produtivo da colônia, sem a mão de obra dos escravos não seria possível que ocorressem as relações econômicas, e até mesmo exportação dos produtos do Brasil. Porém, apesar de serem fundamentais para este processo produtivo, os escravos serviam também como mercadoria, moeda de troca, dessa forma eram considerados como seres desprovidos de humanidade, tratados sem a menor preocupação com as condições de saúde e sobrevivência. O Brasil foi o último país a abolir a escravatura, depois de Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804). Esse cenário, de uma abolição que libertou, mas não assegurou os direitos, inaugurou o republicanismo e o trabalho livre assalariado. (SANTOS, 2009, p. 27).

A abolição do processo cruel empregado pela escravidão ocorreu em 1888 com a assinatura da Lei Áurea, quando os escravos passaram a ser considerados homens e mulheres livres. Porém na época não foram criadas políticas públicas com o intuito de inseri-los na sociedade. Após a conquista da liberdade os escravos ficaram a reveria do seu destino. Após a liberdade os negros se viram sem perspectivas de trabalho, de educação e de inclusão social, visto que a mão de obra europeia já estava presente no continente. Os negros então se viram longe de suas raízes, afastados de suas crenças e sem condições para retornarem à África. A população, sem emprego, sem condições dignas de viver acabou migrando para as periferias das grandes cidades, contribuindo para o aumento dos guetos e favelas.

Culturalmente, propositalmente desde o nascimento, os negros brasileiros aprenderam que os brancos eram mais qualificados, que eles não seriam capazes

de mudar seu destino, assim como seus ancestrais haviam sofrido no período colonial eles também deveriam sofrer. Neste processo, os negros buscaram formas de se assemelhar aos brancos para serem aceitos por eles, quando ocorre o embranquecimento. Ortiz, citando Bastide, explica o termo como:

Para subir individualmente na estrutura social, o negro não tem alternativa, ele precisa aceitar os valores impostos pelo mundo branco; ele vai, pois, recusar tudo aqui que tem forte conotação negra, isto é, afro-brasileira. [...] Pode-se dizer que existe um desejo de *embranquecimento* que corresponde a um *complexo de inferioridade* do negro diante do branco. Este complexo não é, entretanto, segundo Bastide, de natureza libidinosa, mas social; ele decorre da posição inferior do negro no sistema escravocrata brasileiro. (ORTIZ, 1999, p. 33).

Com as mudanças urbano-industriais que o país vivia no período republicano e com o crescente aumento da imigração europeia, o negro se viu “submetido a uma repressão secular, ele não estava preparado para assumir as novas tarefas propostas pela sociedade” (ORTIZ, 1999, p. 27). No século XIX cresce o número de mestiços, é o século “do embranquecimento do mulato, que, preso entre duas correntes contraditórias, deve *embranquecer a alma*, a fim de ascender individualmente na hierarquia social” (ORTIZ, 1999, p. 24). Estes mestiços eram, muitas vezes, frutos de uma violência sexual sofrida pelas mulheres negras, onde elas eram estupradas por seus senhores e seus filhos. Surge então uma classe cujo destino reservado foi a dupla discriminação: a dos brancos que os consideravam negros e a destes que os consideravam brancos. (OLIVEIRA, 2008, p. 54).

A religião, ou melhor a conversão ao cristianismo, também foi um caminho que o negro percorreu na tentativa de conseguir um lugar na sociedade, conforme os negros se convertiam e se tornavam cristãos, ganhavam o direito de participar das missas e festividades da igreja católica. Segundo Oliveira:

A separação entre brancos e negros imposta pela Igreja poderia ser observada, também, na criação de irmandade dos *homens pretos*. Os negros, impedidos de participar das irmandades dos brancos, foram reunidos em irmandades religiosas próprias,

separadas segundo a cor da pele e a condição de escravo ou de liberto. (OLIVEIRA, 2008, p. 58).

Esta participação era feita de forma restrita, cada grupo da sociedade tinha muito bem definidos os seus limites de participação, inclusive no lugar que ocupavam na celebração: os brancos mais importantes da região sentavam-se bem à frente do altar, brancos menos importantes em seguida, depois os mestiços e negros livres e, por último, os negros escravizados convertidos. Em virtude dessas formas institucionalizadas as vidas negras estão fadadas a uma ideologia de morte, algo que é previsto desde muito cedo.

Outro instrumento que tem sido permanentemente utilizado pela elite racista no Brasil é a subvalorização da escrita, do pensamento e das filosofias afro-brasileiras. Desde os tempos da colonização, todo saber não produzido na Europa foi ignorado e por vezes invisibilizado, trazendo para o centro o saber europeu. Essa estratégia tende a naturalizar a cultura hegemônica, e que em alguns momentos se utiliza de formas não-violentas de dominação. O povo negro brasileiro rejeita e se contrapõe a esse processo. Portanto, conforme Teixeira (2021, p. 02), o tornar-se negro está associado à cultura de resistência, à recusa ao apagamento das memórias e da história.

3. Religiosidade africana e práticas violentas

No Brasil a prática das religiões de matriz africana está sempre acompanhada de práticas de violência. E violência nos mais amplos sentidos e significados. Diante disso, antes de entrar no debate propriamente da religião, busca-se um entendimento do conceito de violência e suas implicações na vida, na religião e cultura do povo negro brasileiro. Portanto, defende-se que violação de direitos, falta de acesso à educação, falta de moradia, entre outras tantas faltas, devem ser consideradas, violência, como, por exemplo, a exagerada mortalidade de jovens negros por aqui (GALTUNG, 1969, p. 177). Uma primeira aproximação do conceito: "(...)a violência está presente quando seres humanos estão sendo

influenciados de maneira tal que suas realizações atuais somáticas e mentais estão abaixo das suas realizações potenciais” (GALTUNG, 1969, p.168). Nesse caso todas as violações ao ser humano implicam em limitar sua capacidade e potencialidade mental.

Galtung (1969, p. 190) estabelece algumas tipologias de paz: a Paz Negativa é aquela que será determinada pela ausência de violência direta, mas a manutenção de cenário de violência estrutural; portanto, não é necessariamente benéfica. A pobreza, falta de acesso a políticas sociais e os estigmas podem ser enquadrados aqui nessa tipologia. Para o autor Galtung (1969, p. 190), a Paz Positiva significa ausência de violência direta e estrutural, em um cenário de distribuição igualitária de poder e recursos; esse seria o cenário ideal, mas está distante de ser alcançado, embora seja o foco.

A violência é a causa da diferença entre o potencial e o real – entre o que poderia ter sido e o que é; ou seja, quando fatores objetivos impediram o sujeito de alcançar seu máximo potencial; sempre que em virtude de faltas, ausências e omissões o ser humano não puder ter acesso a vida digna, não lhe for facultado conduzir sua própria existência, para Galtung (1969, p. 168) é violência. Portanto, a violência está na origem da diferença entre a situação (a condição real) e a condição potencial; tudo que impede a diminuição da distância entre real e potencial também é violência. Ou seja, tudo aquilo que ofende as necessidades humanas básicas e mais amplamente a vida, fazendo que o nível real desça abaixo dos níveis satisfatórios – é violência.

Para Galtung (1969, p. 174) são três tipos de violência: direta (visível), estrutural e cultural (invisível). Desta forma, convencionou-se que estes três aspectos da violência (Direta - Estrutural - Cultural) correspondem ao que se chama de *Triângulo da violência* de Galtung. A violência direta se expressa na relação - (sujeito/ação/objeto). É uma situação mais facilmente observada, como uma briga, uma agressão, uma abordagem policial violenta. São situações concretas e mais perceptíveis, pois, o emissor promove determinada ação que

afeta outra pessoa a vítima. O resultado pode ser uma violência física ou psicológica.

Por outro lado, a violência estrutural está presente na estrutura social, está mais ligada à distribuição desigual de recursos, de acesso. As pessoas com baixa renda, baixa educação, alimentação e saúde precárias, ambas estão ligadas a uma organização social injusta. Nesse viés, a pobreza e a miséria podem ser elementos classificados nessa categorização, a primeira significa possuir pouco, a segunda pode ferir e prejudicar, pode comprometer o bem-estar social. A violência estrutural envolve fatores econômicos, políticos e sociais, é um fenômeno *invisível* ou menos visível e age independentemente de um autor específico. Portanto, para o autor, a violência direta é dinâmica e a violência estrutural é estática, a primeira muda com mais facilidade, a segunda depende de um processo (GALTUNG, 1969, p. 173).

Outro aspecto importante do debate é violência cultural, que completa a perspectiva de um triângulo. Para isso é necessário entender que aspectos culturais legitimam e validam as outras formas de violência: a física e a estrutural. Para compreender o racismo religioso esse aspecto da teoria de Galtung é fundamental. Como já tratado acima, os aspectos ideológicos são consequências do discurso hegemônico, colonialista, que promove experiências racializadas. Consequentemente, tem-se racismo e racialização como parte do processo dominador dos corpos e aqui especificamente das religiões ligadas aos corpos negros. (GALTUNG, 1969, p. 173; HALL, 2013, p. 372).

A expansão europeia do século XV também foi a expansão da fé cristã. A diversidade das línguas faladas pelos negros dentro das senzalas, dificultava o culto aos Orixás, Inkices e Voduns, deuses cultuados pelos negros na África, porém eles começaram a perceber que o que os unia não era a língua falada e sim a cor da pele e a escravidão. Conforme Ortiz:

Apesar dos efeitos destrutivos que o tráfico e o sistema escravista imprimiram nos costumes africanos, a memória coletiva negra conseguiu encarnar-se no solo brasileiro. Preserva-se desta forma o culto de grande parte dos deuses africanos, ao mesmo

em que se reinterpreta práticas e costumes através de danças como o lundu, das embaixadas dos reis dos reis congos. Pouco a pouco a herança africana se transforma assim em elementos culturais afro-brasileiros. (ORTIZ, 1999, p. 15).

Os escravos eram obrigados a cultuar os santos católicos de devoção dos seus senhores, muitas vezes esculpidos em madeira. Caracterizando mais uma maneira de representação do sincretismo religioso dos africanos no Brasil. Atualmente ainda é possível observar o sincretismo religioso da igreja católica em religiões da matriz africana. Nos terreiros, roças ou templos os altares trazem imagens de santos católicos que representam os Orixás, ou forças da natureza. Este sincretismo atualmente varia de acordo com a região do país.

O negro africano, quando cumpria sua obrigação, retirava uma pedra do lugar sagrado, denominada de otá. Essa pedra era cultuada como objeto sagrado pelo resto de seus dias. As imagens de Santos Católicos, muito populares no período colonial, eram, na sua maioria, esculpidas em madeira. Para não traír os seus deuses de origem, o negro habitualmente escavava a imagem do Santo e introduzia nessa escavação o otá correspondente ao Orixá. Dessa forma ele poderia voltar-se para uma imagem do Santo Católico e reverenciar o seu Orixá. (TRINDADE, 2014, p. 56).

Geralmente a função de capitães do mato eram repassadas para os negros mandingas, muçulmanos, uma vez que eles apresentavam aversão a quem não cultuava Alá e Maomé. Os brancos aproveitavam da diferença de crenças dando a eles funções superiores e incrementando a rivalidade religiosa, dessa forma evitavam que a origem e a cor da pele os unissem. Para Trindade várias foram as formas de resistência dos negros africanos às forças de alienação e extermínio que enfrentavam, porém, “o sincretismo religioso, além de uma forma de resistência, constituiu também um modo precioso de preservar sua cultura religiosa”. (2014, p. 58) Trindade ilustra:

Enquanto na África Ogum era o patrono dos ferreiros ou protetor das ferramentas agrícolas de ferro, aqui essa função perdia o seu sentido, pois eram esses instrumentos que utilizavam sol a sol no trabalho cruel e desumano, além de ser o ferro o material usado nas correntes que os mantinham presos. Ogum passou a ser

então o deus da guerra e da vingança, que os libertaria. (TRINDADE, 2014, p. 50).

Segundo Campos e Rubert (2014, p. 5), o início da intolerância religiosa no Brasil tem relações diretas entre poder político e a igreja católica, punindo, inclusive legalmente, a prática de outras religiões. O Código Criminal do Império de 1830, em seu artigo 276 punia a celebração, propaganda ou culto de confissão religiosa que não fosse a oficial. Contudo, os negros escravizados ou livres mantinham suas manifestações culturais de diversas formas, inclusive, preservando regras e condutas próprias relacionadas às religiões.

Em 1889, com a proclamação da República no Brasil, o Estado se separa da Igreja Católica e nascem os primeiros princípios de laicidade. Porém foi na Constituição de 1891 que se aboliu formalmente o conceito de religião oficial e se proporcionou a liberdade a qualquer tipo de crença. O protestantismo chegou ao país no início do século XIX, seguido do kardecismo. O kardecismo, umbanda, candomblé, entre outras, foram as religiões que mais sofreram ataques intolerantes, pois as suas atividades e práticas mediúnicas não eram reconhecidas pelo Estado.

Segundo Isaia (2014, p. 175) as identidades não fogem da fluidez histórica e se contrapõem à fixidez ilusória dos diversos projetos identitários. Essas construções, como já mencionado, são frutos da correlação de forças. Pode-se mencionar, por exemplo, o papel relevante da Igreja, até meados dos anos de 1950, que se projetava como a fé unanime e quase única do brasileiro. Portanto, o que se deseja mostrar aqui é que as religiões afro-brasileiras foram submetidas à marginalização, repressão do Estado, uso e abuso da força policial.

A criminalização das religiões de matriz africana está diretamente ligada ao processo de violência contra os corpos de negros e negras. As religiões afro-brasileiras foram organizadas com base na tradição familiar, na cultura vinda da África e vivenciada nos espaços domésticos. Mas a questão é de uma força tão impactante que mesmo a Umbanda, uma religião genuinamente brasileira não

teve por muito tempo a credencial necessária para seu reconhecimento. Sendo preciso em determinado momento histórico (o de sua fundação) o fortalecimento e o destaque para o papel do homem branco, que poderia significar o letramento, a confiabilidade (ISAIA, 2014, p. 175).

O preconceito ou racismo às religiões de matriz africana é evidente se considerarmos que “no Código Penal de 1890, previa-se também a punição: ao crime de capoeiragem; ao crime de vadiagem; curandeirismo; ao crime de espiritismo” (CAMPOS; RUBERT, 2014, p. 5). Não é de se estranhar, portanto, que a adesão a essas religiões tenha sido feita sempre de modo reservado. Na luta pelos direitos dos negros os elementos do passado africano não eram vistos como estratégicos na afirmação da identidade e da luta política por reconhecimento social e cultural.

Nos dias atuais, ao contrário das festas e homenagens, grande parte dos rituais relacionados ao sagrado e aos fundamentos das religiões de matriz africana são realizados dentro dos terreiros ou roças e em locais específicos da natureza, uma vez que estes são considerados como um segredo no qual apenas aqueles que participam dos mesmos podem ter conhecimento. No documentário Sankofa, os pesquisadores ilustram que ao contrário do Brasil, na África os mesmos rituais são realizados em praça pública, pois fazem parte da cultura dos povos. A clandestinidade dos terreiros e roças das religiões de matriz africana é uma realidade presente ainda nos dias atuais. Muitos funcionam dentro das residências de seus *pais e mães de santo*¹⁰ sem indicação de que ocorram reuniões das religiões de matriz africana.

O preconceito com as religiões de matriz africana está presente na sociedade brasileira desde o período colonial, onde os negros tinham negados seus direitos como pessoa humana, eram privados de todas as formas de participação social, seja ela na aquisição de bens materiais ou participação cultural, eram considerados mercadorias, marginalizados, eram proibidos de

¹⁰ Pai e Mãe de Santo são o nome dado ao sacerdote e sacerdotisa das religiões de matriz africana.

profetizar sua fé. Conforme Maurício (2009, p. 35), apesar de ainda existirem muitos ataques às casas de Candomblé e Umbanda, após a Constituição Federal de 1988, foram garantidos alguns direitos.

Grande parte da população as considera inferiores em relação às crenças de origem europeia como o catolicismo e o protestantismo, podendo inclusive associar este preconceito a ações racistas e não mais somente como intolerância religiosa. As religiões de matriz africana ainda são vistas pela lente do preconceito por grande parte da população, que as consideram inferiores em relação às crenças de origem europeia como o catolicismo e o protestantismo.

4. A Umbanda, uma religião afro-brasileira

A Umbanda é uma religião que sofreu influências ameríndias, africanas e europeias. Algo que parece consenso entre os estudiosos da religião é que a Umbanda é o resultado da união de outras culturas religiosas: do catolicismo, do kardecismo, dos cultos africanos e indígenas.

A Umbanda é o resultado de um processo de reelaboração de elementos simbólicos de várias religiões que em uma determinada conjuntura histórica adquirem novos significados. Assim, dos candomblés e dos cultos bantos reorganiza-se o culto dos orixás; das religiões indígenas são incorporados os elementos de sua religiosidade e constrói-se uma imagem do índio expressa pela entidade do “caboclo”; do catolicismo popular, o ritmo dos cânticos, as rezas, a veneração aos santos católicos. Do kardecismo, o discurso científico, a crença na reencarnação e a evolução espiritual. (ASSUNÇÃO, 2010, p. 104).

Apesar de ser uma religião relativamente nova, existem várias versões para contar a história da Umbanda. Neste artigo apresentaremos duas dessas versões, pois contar a história da religião se revela uma tarefa complexa, uma vez que existem diversas formas de praticá-la e suas raízes são difusas, não existe uma fonte única que revela sua origem. Uma das versões da história foi apresentada por Bittencourt:

No transcorrer da segunda metade do século XX, um grupo de pessoas de classe média (profissionais liberais, jornalistas,

comerciantes, militares, etc.), insatisfeitas com o Espiritismo kardecista, dedicaram-se à tarefa de reformá-lo, pois consideravam-no por demais limitado no tocante aos ritos, porquanto demasiadamente cingido à vivência intelectualista de doutrinas. Buscaram inspiração para o seu empreendimento reformista na prática dos cultos afro-brasileiros, conforme eram praticados nas favelas do então Distrito Federal: nascia a Umbanda. (BITTENCOURT, 2019, p. 204).

A outra versão é contada pelos umbandistas, segundo eles, a Umbanda é uma religião brasileira que teve seu início no dia 15 de novembro de 1908, no Rio de Janeiro, quando o jovem Zélio de Moraes, de dezessete anos, incorpora o Caboclo das Sete Encruzilhadas, anuncia o início de uma nova religião no Brasil e a descreve “a Umbanda é a manifestação do espírito para a caridade, da mesma forma como Maria ampara nos braços o filho querido, também serão amparados os que dela se socorrerem”. (TRINDADE, 2014, p. 24)

Segundo Renato Ortiz, sociólogo, um importante pesquisador da religião, que iniciou suas pesquisas sobre Umbanda em 1972, concluindo-as com sua tese de doutorado em 1975, em Paris, com orientação do mestre Roger Bastide, o início da Umbanda:

coincide justamente com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes. A um movimento de transformação social corresponde um movimento de mudança cultural, isto é, as crenças e práticas afro-brasileiras se modificam tomando um novo significado dentro do conjunto da sociedade global brasileira. Nesta dialética entre social e cultural, observaremos que o social desempenha um papel determinante. (ORTIZ, 1999, p. 15).

Ortiz (1999, p. 17) descreve a Umbanda como uma religião nacional que se opõe às religiões de importação “[...] não nos encontramos mais na presença de um sincretismo afro-brasileiro, mas diante de uma síntese brasileira, de uma religião endógena”. Confirmando as afirmações de Ortiz de que a Umbanda é uma religião urbano-industrial, segundo os dados do censo do IBGE 2010, no Brasil, cerca de 97% dos umbandistas residem na área urbana das cidades, ainda

segundo a pesquisa, cerca de 34% dos umbandistas que se declararam praticantes desta crença estão no estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Trindade (2014, p. 24), desde o primeiro culto da nova religião brasileira o espírito que se manifestou no jovem médium, estabeleceu que seu fundamento estaria baseado nos princípios da humildade e da caridade. Ainda segundo o autor, nestes cultos todos os espíritos que se manifestassem seriam ouvidos e respeitados. O preconceito estava presente nas mesas brancas das reuniões kardecistas, Ortiz relata:

Os espíritos da macumba¹¹ são, pois, eliminados das mesas brancas, que se recusam a aceitá-los. No melhor dos casos quando um espírito de preto-velho se aproxima de um diretor de sessão, ele é doutrinado para que possa continuar seu caminho na escala espiritual. Ele não pode ser confundido com um espírito de luz, como é um espírito de médico, de padre, de freira, ou de um sábio qualquer, posto que no universo kardecista a cultura do espírito corresponde à cultura de sua matéria (médium). Como poderia um analfabeto prescrever sabedoria? Quem levaria a sério a ignorância do espírito de um antigo escravo? (ORTIZ, 1999, p. 32).

A Umbanda pode ser considerada uma religião decorrente da mudança social que o país sofreu no século XIX. Foi uma forma de aplacar as mudanças vividas pela sociedade, de forma a trazer a sua raiz para a nova sociedade urbano-industrial que estava se consolidando. Além de se adaptarem a todas as transformações históricas, os negros ainda tinham que competir com os imigrantes europeus que estavam muito mais adaptados que eles ao mercado de trabalho. Foi um momento difícil para a população negra que, em um primeiro momento, não foi preparada para se adaptar a esta nova realidade.

Para ser aceita pela sociedade a Umbanda passou por dois processos, o embranquecimento das tradições afro-brasileiras e o empretecimento das

¹¹ Bittencourt (2019, p. 203), citando Magnani (1991, p. 22), descreve a macumba como “menos do que um culto organizado era um agregado fluido de elementos de candomblé, cabula, tradições indígenas, catolicismo popular, espiritismo, práticas mágicas, sem o suporte de uma mitologia ou doutrina capaz de integrar seus vários pedaços”.

práticas espíritas e kardecistas, sem deixar de lado o sincretismo com o catolicismo. Ortiz (1999, p. 33) diz “não estamos, pois, mais em presença de um culto afro-brasileiro, mas diante de uma religião brasileira que traz em suas veias o sangue negro do escravo que se tornou proletário”.

Tal embranquecimento das religiões que possuem em sua essência elementos de origem africana, pode ser considerado um mecanismo utilizado em situação de racismo estrutural, onde o que deve ser assimilado pela sociedade, o será por uma imposição nas instituições existentes, elementos da ideologia dominante. “Ao invés de destruir a cultura, é mais inteligente determinar qual o seu valor e o seu significado” (ALMEIDA, 2018, p. 56).

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo, estas últimas, suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2003, p. 7-8).

A origem africana da Umbanda pode ser considerada como uma das causas mais prováveis da intolerância religiosa, associando o preconceito religioso ao racial. O preconceito racial é, portanto, crucial neste processo, pois dele provem, em grande medida, o preconceito religioso.

Nos dias atuais, apesar da liberdade de crença e de exercício de culto serem garantidos pela Constituição Federal de 1988, os umbandistas são alvos de discriminações e ataques. Percebe-se um discurso demonizador partindo de uma parcela do neopentecostalismo, nos cultos, nas mídias e na literatura evangélica. Líderes de Igrejas Pentecostais e Neopentecostais como o Bispo Edir Macedo, líder presidente da Igreja Universal do Reino de Deus-IURD, considerado o maior oponente das religiões afro-brasileiras pregando publicamente: “as

religiões espíritas, afro-brasileiras e orientais são fábricas de loucos e agências nas quais se tira o passaporte para a morte e se faz uma viagem rumo ao inferno”. (MACEDO, 2002, p. 75). Muitas vezes influenciados pelos seus líderes, os fiéis praticam atos de intolerância e violência religiosa contra as religiões afro-brasileiras.

Considerações Finais

A suposta inferioridade africana foi utilizada como um dos argumentos mais relevantes para a escravidão, pois uma raça inferior pode ser subjugada e submetida a todas as formas de perversidade, surge daí a política do branqueamento. O mito da democracia racial foi, provavelmente o mais difundido e durador. Esse defende a igualdade entre as raças, mas busca criar a figura mítica da mulata/mulato como produto nacional por excelência. O mulato é o fruto da abertura e da convivência entre as raças. Todavia, sabe-se que a mulher negra foi sempre tida como objeto sexual, violada e violentada pelo senhor de engenho e essa violência ainda prevalece, com outros formatos. A intenção por trás desse fenômeno era assimilação da raça negra. A manutenção de uma ordem racial desigual e extremamente violenta contra o negro não foi revertida, pelo menos até a Constituição de 1988. Como legado do passado, o negro continuou subordinado.

Portanto, de acordo com os autores utilizados nesse artigo, como Nogueira (2020) entende-se que o processo de deslegitimação e violência contra as religiões de matriz africana está ligado também a um processo de racismo epistêmico, há um ataque sistemático a todo conhecimento e experiência social relacionado ao povo negro e suas tradições. O racismo religioso destrói a religião, as crenças, a história e as memórias, funciona como uma alternativa hegemônica da elite sexista e racista de dominar corpo, alma e coração. Busca criar no dominado uma perspectiva de assimilação da cultura e da ideia do dominante. Por outro lado, o racismo epistêmico funciona como ferramenta complementar, pois, à medida que

estabelece relações desiguais de saber promove a extinção de diversas formas de conhecimento dos povos inferiorizados. O racismo epistêmico inviabiliza, portanto, tudo aquilo que for produção de conhecimento que se origina de negras e negros.

Essa inferiorização do saber remete a ideia de incapacidade e retoma a perspectiva racista e biológica da falta de inteligência do negro. Assim como tudo relacionado ao povo negro está relacionado à morte, esse racismo pode ser denominado epistemicídio. Ou seja, o esvaziamento, a ocultação, a anulação de toda a produção de conhecimento, cultural e social afro-brasileira.

Cabe aqui o resgate da teoria gramsciana e pensar o Movimento Negro, as religiões de matriz africana e o povo negro como o príncipe moderno. Que busca constantemente quebrar paradigmas e conseqüentemente a desconstrução de uma hegemonia ligada a uma perspectiva europeia e colonizadora. As vozes negras não mais serão silenciadas pelo racismo religioso, as vozes negras e as religiões ligadas aos corpos negros lutam pela sua existência, pela sua humanidade. O saber e a cultura do povo negro devem ocupar seu lugar na vida social desse país.

Referências

ALMEIDA, Silvio de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSUNÇÃO, L. *O reino dos mestres*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira, religiosidade e mudança social*. 2. ed. Vitória: Unida, 2019.

CAMPOS, I. S.; RUBERT, R. A. Religiões de matriz africana e a intolerância religiosa. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. XI, n. 22, p. 293-307, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3390>. Acesso em: 20 jul. 2021.

REVISTA CARTA CAPITAL. Diálogos da Fé. *Religião e identidade: as bases da cultura brasileira*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/religiao-e-identidade-as-bases-da-cultura-brasileira>. Acesso em: 18 mar. 2021

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 63, p. 103-120, abril –

2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/Qxn7Fj4Q5d73gGYsQKHj4s/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FONSECA, Dagoberto José. *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2009, p. 75-96.
- FRANCO DOS SANTOS, I. M. “De quilombos e de xangôs”: Cultura, religião e religiosidade afrobrasileira em Alagoas (1870-1911). *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 15, n. 34, p. 83-121, 10 jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/5418>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research, *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/422690>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- GOMES, Laurentino. *Escravidão – do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 01.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere: Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política*: 2. ed., Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2002. v. 03.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik organizadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- ISAIA, A. C.; AMORIM, P. P. O “Almenara”: as Religiões Afro-Brasileiras em um periódico de oposição à Federação Espírita Brasileira (meados do século XX). *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 15, n. 34, p. 151-166, 10 jul. 2015. [O ARTIGO ESTÁ DISPONÍVEL ONLINE, LOGO COLOCAR: Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7106>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- ISAIA, A. C. Brasil: três projetos de identidade religiosa. In: RODRIGUES, C.C; GUIMARAES, V. LUCA, T. R. *Identidades Brasileiras: composições e recomposições*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 175-202.
- MACEDO, Edir. *Orixás, caboclos e guias – deuses ou demônios*. Rio de Janeiro: Universal Produções, 2004.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Umbanda*. São Paulo: Ática, 1991.
- MAURÍCIO, George. *O candomblé bem explicado: Nações Bantu, Iorubá e Fon/Odé Kileuy e Vera de Oxaquiã*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. In: Seminário Nacional Relações Raciais e Educação, 3. 2003, Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.geledes.org.br/kabengele-munanga-uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia/?gclid=Cj0KCQjwssyJBhDXARIsAK98ITQIEDL3wGAcZUxAlCc0uS3W30IqnuKyVjTkdQQYglcOREv85fTwQp4aAkAXEALw_wcB. Acesso em: 05 ago. 2021.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1994.
- NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância Religiosa* (Livro Eletrônico). São Paulo: Sueli Carneiro, 2020.
- OLIVEIRA, José Henrique Motta de. *Das Macumbas à Umbanda: uma análise histórica da construção de uma religião brasileira*. Limeira, SP: Editora do Conhecimento, 2008.
- OLIVEIRA, Lucas Lopes. A criminalização da pobreza na América Latina como estratégia de controle político. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito*. Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 168-186, dez. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/25371>. Acesso em: 01 fev. 2021.
- ORTIZ, R. *A morte branca do feiticeiro negro: Umbanda e sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.
- PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. *Pesqui. prá. Psicossociais*. São João Del-Rei, v. 9, n. 2, p. 257-266, dez. 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 mar. 2021.
- SANKOFA – *A África que te habita*. Direção Geral de Rozane Braga. Brasil: Netflix, 2020, 250 min. Streaming.
- SANTOS, Gevanilda. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- TEIXEIRA, Thiago. *Identidade racial: entre a desconstrução e a construção*. Plataforma Feminismos Plurais. Disponível em: <https://feminismospluraislugardfalaco.club.hotmart.com>. Acesso em 30 mai 2021.
- TRINDADE, Diamantino Fernandes. *História da Umbanda no Brasil*. Limeira, SP. Editora do Conhecimento, 2014
- VINICIUS. Tiago. *Para que lado a balança pende? Intolerância Religiosa e racismo religioso*. Plataforma Feminismos Plurais. Disponível em: <https://feminismospluraislugardfalaco.club.hotmart.com>. Acesso em: 30 maio 2021.

Recebido em 30-04-2021.
Aprovado em 11-09-2021.